

**X REUNIÃO PLENÁRIA DO
COLEGIADO NACIONAL DE
DIRETORES E SECRETÁRIOS DE
CONSELHOS DE EDUCAÇÃO**

CODISE

**CONSELHO ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO DO AMAZONAS
MANAUS – NOVEMBRO DE 2004**

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

2. SOLENIDADE DE ABERTURA

- a) Palavras do Presidente do CODISE
- b) Discurso Presidente do Conselho Estadual de Educação e Secretária de Estado da Educação/AM
- c) Discurso Presidente em exercício do CEE/AM

3. PALESTRA SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGINA – Conselheiro Benjamim de Jesus Andrade de Oliveira

4. PALESTRA “O PROFISSIONAL E A SUA AUTO ESTIMA – Ex- Conselheira Ruth Prestes Gonçalves

5. PALESTRA “COMO OS CONSELHOS DEVEM ENFRENTAR AS CONSTANTES MUDANÇAS DE CONSELHEIROS E SERVIDORES” Eloya Maria Teixeira Alves, Vice-Presidente do CODISE

6. PALESTRA “PROFORMAR-UEA: EXPERIÊNCIA NA MEDIAÇÃO NO ENSINO – Conselheiro Carlos Eduardo de Souza Gonçalves

7. ATA DA X REUNIÃO PLENÁRIA

8 CADASTRO NACIONAL DE CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO – CNCT

9. CONCLUSÃO

Agradecimento especial ao Secretário do CODISE, José Durval de Araújo Lima, pela elaboração deste documento

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem a finalidade de demonstrar a belíssima reunião realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Amazonas. O apoio da Secretária de Estado da Educação e Qualidade, Vera Lúcia Marques Edwards, também Presidente daquele Órgão, da Presidente Substituta, Conselheira Inaran Bastos de Mattos e muito especialmente nossa Colega Maria Eliete da Silva Cavalcanti garantiram o sucesso do evento.

Conforme as palavras de nosso sempre Presidente Antônio Carlos de Souza, “O CODISE – Colegiado Nacional dos Diretores e Secretários de Conselhos de Educação, não é um simples encontro de pessoas, de amigos, de profissionais com tarefas semelhantes. É um daqueles momentos em que a Educação deste País se encontra para conversar, avaliar, trocar. Os profissionais que compõem o CODISE sabem da enorme responsabilidade que os cerca e, por isso mesmo, aqui estão, ávidos em contribuir e aprender, sempre visando o aprimoramento dos serviços prestados pelos Conselhos. Este Colegiado reflete a riqueza da diversidade. Aqui está o Brasil, com suas virtudes e dificuldades no campo educacional”.

Nas páginas seguintes, a confirmação de tudo o que afirma Antônio Carlos. Acompanhe e tire as suas conclusões.

X REUNIÃO PLENÁRIA
COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS
DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO
CODISE – MANAUS/AM
Profª. Maria Jandira Rocha de Carvalho

DATA: 04 e 05 de novembro de 2004

LOCAL: Sede do Conselho Estadual de Educação de Manaus

PAUTA

DIA: 04/11

08:30 – Solenidade de Abertura/ Hino Nacional (cantado);

08:45 - Apresentação do cantor Celdo Melo do grupo Raízes Caboclas;

09:00 – Palestra da Presidente Nata, Professora Vera Lúcia Marques Edwards – Tema: Discutir a autonomia dos Conselhos em relação às Secretarias;

09:30 – Palestra de agradecimento e homenagem – Presidente Substituta do CEE/AM, Conselheira Inaran Bastos de Mattos. Tema: Homenagem à ex - secretária do CEE/AM, Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho;

10:00 – Coffee Break

10:15 - Palestra – Conselheiro Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira – Tema: Educação Indígena;

10:45 - Debate/discussão;

11:00 – Visita ao Museu do Índio/Artesanato Branco e Silva;

12:00 - ALMOÇO

14:00 – Palestra - Profª. Ruth Prestes Tema: Professor e sua auto-estima;

14:45 – Debate/discussão;

15:00 – Coffee Break

15:15 – Debate – Tema: Cadastro Nacional de cursos Técnicos – Responsáveis do MEC/Valter Vuolo;

15:40 – Palestra – Presidente da UNDIME - Profª. Rosa Maria Conceição Fonseca – Tema: Políticas Públicas para a Educação Municipal ;

16:30 – Encerramento do primeiro dia;

17:00 – Visita ao Teatro Amazonas com apresentação do grupo “Metamorfose”/Porto de Manaus/ Ponta Negra.

DIA: 05/11

08:30 – Debate - Tema: Como os Conselhos devem enfrentar as constantes mudanças de Conselheiros e servidores – Problema e soluções. Coordenação do CEE/BA;

09:30 – Palestra – Tema: Educação a Distância – Conselheiro Carlos Eduardo de Souza Gonçalves - vice – Reitor da UEA - Universidade do Estado do Amazonas;

10:00 – Coffee Break

10:15 – Visita ao estúdio da UEA – interação ao vivo (via satélite);

10:30 - Encerramento no auditório da UEA - Apresentação do grupo Performance – “Amazonas Nossa Terra”, pelos alunos da Escola Pública – Projeto Protetores da Vida;

11:00 – Deslocamento – barco;

12:00 – ALMOÇO – a bordo do barco no Encontro das águas(retorno às 17hs).

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE, realizada nos dias quatro e cinco de novembro de dois mil e quatro, na sede do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, em Manaus, sob a presidência de Álvaro Barros da Silveira, com a presença dos representantes dos Conselhos de Educação: do Acre, Terezinha Vasconcelos de Oliveira Eluan; Amazonas, Maria Eliete da Silva Cavalcante; Distrito Federal, José Durval de Araujo Lima; Espírito Santo, Marlene Maria de Souza; Goiás, Carmem Gomes Mendes; Mato Grosso, Eloysa Maria Teixeira Alves; Mato Grosso do Sul, Soila Rodrigues Ferreira Domingues; Pará, Benedita do Socorro Medeiros e Silva; Rio de Janeiro, N. R. Feichas; Rio Grande do Sul, Evani Maria da Rosa Alessandri; Santa Catarina, Álvaro Barros da Silveira; São Paulo, Sílvia Regina Pólo da Cruz Felício; Tocantins, Tibúrcio Gabino de Sousa; Conselho Nacional de Educação, Luiz Gonzaga Sampaio de Araújo. Participaram, ainda, da Reunião Plenária, a Conselheira Inaran Bastos de Mattos, Presidente-Substituta do CEE do Amazonas e os funcionários do mesmo Conselho: Érica Maria Nogueira da Silva, Rocilda Célia da Silva Nascimento, Cíntia Pereira Santiago e Rose May Carmela Motta. A solenidade de abertura, na manhã do dia quatro, teve início com a composição da mesa e a execução do Hino Nacional Brasileiro. A mesa diretora dos trabalhos foi assim constituída: Álvaro Barros da Silveira, Presidente do CODISE, Professora Vera Lúcia Marques Edwards, Secretária de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas e Presidente Nata do Conselho Estadual de Educação; Conselheira Inaran Bastos de Mattos, Presidente-Substituta do Conselho Estadual de Educação do Amazonas; Professora Maria de Lourdes Hawatt, Secretária-Executiva da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas; Professora Maria Eliete da Silva Cavalcante, Secretária-Executiva do CEE/Amazonas e a Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho. A sessão foi aberta pelo Presidente do CODISE, Professor Álvaro Barros da Silveira, que, após a execução do Hino Nacional, proferiu a saudação inicial. Após saudar os componentes da mesa, o Presidente deu as boas-vindas aos representantes dos diversos estados fazendo a apresentação de cada um, bem como do representante, do Conselho Nacional de Educação e do Dr. Valter Vuolo, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do

MEC. Agradeceu a presença e a colaboração da Senhora Secretária de Estado de Educação do Amazonas, Presidente Nata do CEE do Amazonas, Prof^a Vera Lúcia Marques Edwards, da Presidente-Substituta do CEE/AM, Conselheira Inaran Bastos de Mattos e dos membros da Comissão Organizadora da reunião plenária, à frente a Secretária-Executiva do CEE/AM, Prof^a Maria Eliete da Silva Cavalcante. O Presidente falou da trajetória do CODISE, desde a sua fundação e da alegria de ter chegado à Região Norte, atingindo, assim, todas as regiões do País. Falou, ainda, dos objetivos estatutários da instituição e de suas responsabilidades, destacando a de colaborar para o aprimoramento do apoio técnico aos Conselhos de Educação, promover o regime de colaboração e a troca positiva de experiências. A íntegra de suas palavras fará parte do relatório da reunião plenária. A seguir, a Senhora Secretária de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas e Presidente Nata do CEE do Amazonas, Professora Vera Lúcia Marques Edwards, anfitriã do evento, proferiu a primeira palestra com o tema “*A Autonomia dos Conselhos em relação às Secretarias*”. Inicialmente, a Senhora Secretária de Estado saudou os participantes da reunião dizendo da honra com que o Amazonas e a cidade de Manaus recebiam a todos, e desejava uma excelente estada na cidade. Em sua exposição, apresentou um sucinto histórico da existência e competência dos Conselhos de Educação do Brasil, destacando: os Conselhos de Educação como órgãos de estado e não de governo; o reconhecimento da autonomia dos Conselhos, mesmo mantendo uma ligação, ainda que de caráter hierárquico, com os órgãos aos quais se vinculam, no caso as Secretarias de Educação, todavia sem conotação de subalternidade; a evolução dos Conselhos de Educação, de órgãos de controle e fiscalização para órgãos normativos e orientadores, no campo das políticas e diretrizes da educação. O inteiro teor de sua palestra constará do relatório da reunião. Em continuidade, a Presidente-Substituta do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, Conselheira Inaran Bastos de Mattos, esclareceu o motivo pelo qual este evento foi denominado de X Reunião Plenária Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho, que exerceu, por muitos anos, a função de Secretária-Executiva do Conselho, prestando-lhe comovida homenagem. Traçou o perfil da Professora, atualmente aposentada e em processo de recuperação por problemas de saúde, destacando suas qualidades pessoais e profissionais. A Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho agradeceu sensibilizada a

homenagem, inclusive a de ter sido dada, a esta reunião plenária do CODISE, o seu nome. Após pequeno intervalo, quando os participantes tiveram oportunidade de saborear os produtos da região, os trabalhos tiveram continuidade com a palestra do Conselheiro Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira, com o tema: “*Educação Indígena*”. A coordenação dos trabalhos esteve a cargo do Presidente do CODISE, Álvaro Barros da Silveira, que fez a apresentação do conferencista que é índio da etnia baniwa do alto Rio Negro, professor, mestre em educação e membro do Conselho Estadual de Educação do Amazonas. O Conferencista falou, com conhecimento de causa, da educação dos povos indígenas, desde a chegada do “homem branco”. No início, havia, inclusive, a dúvida se o índio era gente ou animal e, até recentemente, considerado como uma pessoa inferior, ainda no estado de selvageria ou barbárie e tratado como incapaz. Foi com esta filosofia que surgiram as escolas para os índios, como meios para catequizá-los e civilizá-los, integrando-os a sociedade envolvente e deixando de ser índios. Este pensamento dominante no período da colonização se estendeu até a república, mesmo com a criação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI e a FUNAI, em 1967. Como incapaz, o índio era tutelado, cabendo aos tutores decidirem o que era melhor para eles, inclusive o tipo de educação. Esta situação somente começou a ser alterada com a Constituição Federal de 1988, que reconheceu os direitos dos índios quanto à sua forma de viver. A Lei nº 9.394/96, que aprovou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurou aos índios suas formas próprias de aprendizagem, suas línguas e costumes. Foram muitos os avanços, mas as dificuldades são enormes para atender ao que os índios pedem: uma escola que traga solução para seus problemas, a partir de sua visão, e não como porta para deixar a aldeia em direção à periferia das cidades. Com a palavra, a representante de Mato Grosso, Eloysa Maria Teixeira Alves, parabenizou o Conferencista pela brilhante palestra e informou que o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso conta, também, com uma representante dos Povos Indígenas, a Conselheira Francisca Novantino Pinto de Ângelo, que também é do Conselho Nacional de Educação e desenvolve um grande trabalho pela causa da educação escolar indígena. Informou, ainda, que em Mato Grosso, além do Conselho Estadual de Educação, existe o Conselho de Educação Escolar Indígena, de caráter consultivo, que opina sobre projetos que envolvam educação indígena, antes de serem encaminhados para deliberação do Conselho Estadual de

Educação. Mostrou as incompreensões e as dificuldades enfrentadas para se atingir os objetivos propostos para a educação indígena. O Conselheiro Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira fez, ainda, algumas complementações sobre a matéria e convidou a todos para acompanhá-lo numa visita ao Museu do Índio e ao Artesanato Branco e Silva, pertencente à organização indígena, que comercializa artigos produzidos nas aldeias. A íntegra do seu pronunciamento constará do relatório da reunião plenária. O Presidente do CODISE agradeceu ao Conselheiro Benjamin pela palestra proferida e pela disponibilidade em acompanhar os participantes nas visitas, encerrando os trabalhos às onze horas e trinta minutos, lembrando o horário do início dos trabalhos no período da tarde. Os trabalhos reiniciaram às quatorze horas e trinta minutos, sob a coordenação do Presidente do CODISE, Álvaro Barros da Silveira, tendo como expositora a Professora Andréa de Faria Barros, do Ministério da Educação, com o tema: “*Cadastro Nacional de Cursos Técnicos*”. Ao apresentar a expositora, o Presidente do CODISE agradeceu a colaboração do MEC, nas pessoas da Professora Andréa de Faria Barros e do Técnico Valter Vuolo, pela ajuda e orientação que vem dando aos Conselhos, a pedido do CODISE, na implantação do Cadastro de Cursos Técnicos. Neste sentido, aceitaram de pronto a solicitação, tendo participado das reuniões realizadas em Balneário Camboriu - Santa Catarina, depois em São Paulo e, agora, em Manaus. Pode-se destacar da palestra da Prof^a Andréa, entre tantos pontos importantes abordados, o seguinte: a necessidade da cooperação entre os sistemas para possibilitar a execução do Cadastro dos Cursos Técnicos e que o CODISE vem facilitando esta cooperação; o MEC é o gestor nacional do projeto, mas os órgãos competentes são os gestores em nível dos Sistemas de Ensino e gozam de autonomia; o recente Decreto nº 5.154, de 23/7/2004, revogou o de número 2.208, de 17/4/1997, e flexibilizou o funcionamento da Educação Profissional; o novo decreto regulamentou a Educação Profissional, de nível técnico, e sua articulação com o ensino médio e definiu novas orientações para a organização do ensino médio, prevendo três alternativas de organização, sendo uma delas a integrada com o ensino médio, não prevista na legislação anterior; com as mudanças, há necessidade de reestruturação do projeto de cadastro que não comporta a inclusão de novos tipos de cursos, como o da educação profissional integrada ao ensino médio; a situação atual do cadastro e as dificuldades para a operacionalização, como: a ampliação dos recursos humanos,

necessidade de treinamento, sistema de segurança e confiabilidade, necessidade de reformulação do programa; a adoção de novos paradigmas; a evolução do cadastro com o aumento considerável do número de escolas e cursos cadastrados; as dificuldades ainda enfrentadas por alguns sistemas para a implantação do cadastro. Com a instituição do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, cogita-se criar um módulo dentro do Projeto do CNCT, para atendê-lo. Aberto os debates, usou da palavra, inicialmente, Marlene Maria de Souza, do Espírito Santo, que mostrou as alterações ocorridas no Conselho de Educação daquele Estado, com a substituição dos Conselheiros e dos funcionários e que não conta com pessoal treinado e nem computadores e que talvez fosse o caso do MEC proporcionar, em convênio com os Conselhos, treinamento do pessoal e fornecimento dos equipamentos. O Presidente do CODISE sugeriu que procurasse o MEC, por não ser a realidade de todos os Estados. O Prof. N. R. Feichas, do Rio de Janeiro, falou da necessidade de modernizar e agilizar o Cadastro. Há necessidade de se mudar o programa, sem parar o existente da Microsoft, que está ultrapassado. Já existe sistema mais simples e que pode ser usado, sem ônus para os cofres públicos, o Software Livre, cujo programa substitui tudo o que existe no word, tem todos os recursos, é leve, ocupa pouca memória, não deixa lixo no computador quando perde o programa, os arquivos são pequenos e permite a gravação final no formato PDF. Mostrou, ainda, a necessidade de se unificar a nomenclatura dos cursos. E, ainda, que todos os Conselhos dependem do Cadastro, no entanto, é muito difícil se acessar em determinado dia e horário ao Cadastro. A Professora Andréa de Faria Barros se prontificou em levar as preocupações dos Conselhos, que poderão também fazer suas reivindicações e sugestões por escrito. Tendo em vista o adiantado da hora, o Presidente da mesa agradeceu à Prof^a Andréa, sempre gentil em atender ao CODISE, e fez o convite para participar da próxima reunião em Goiânia, provavelmente em maio de 2005. Após pequeno intervalo, os trabalhos prosseguiram sob a coordenação do Secretário do CODISE, José Durval de Araujo Lima, do Distrito Federal, com a palestra “*O Profissional e sua Auto-Estima*”, proferida pela Professora Ruth Prestes Gonçalves. A palestrante, apresentada pelo Coordenador, é Mestre em Educação, foi professora do Estado do Amazonas, Conselheira do Conselho de Educação do Estado do Amazonas e, atualmente, é professora no UNINILTON LINS – Centro Universitário Nilton Lins. A professora iniciou suas

palavras cumprimentando a todos e dando as boas-vindas ao Estado do Amazonas. Disse que, mesmo à distância, estava acompanhando o que estava ocorrendo no encontro. Iria desenvolver o tema de maneira bem descontraída, com a participação de todos, e passou a cada um, um texto com vinte e oito frases sobre a matéria, que constarão, na íntegra, do relatório da sessão plenária. Cada um escolheria um dos conceitos e apresentaria seu ponto de vista ou uma experiência vivida. Assim foi feito. Cada participante leu o conceito escolhido e apresentou seu comentário. Terminada a participação de todos, a Conferencista prosseguiu, inicialmente, fazendo referências elogiosas à Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho que, por muitos anos, foi Secretária-Executiva do CEE/AM e que muito lhe ajudou. Prosseguiu falando da importância do Secretário ou Diretor do Conselho de Educação, para que os Conselheiros e, em especial, o Presidente possam cumprir a contento suas tarefas e concluiu parabenizando o CODISE pelo encontro. Franqueada a palavra pelo Coordenador, a Secretária do CEE/Espírito Santo, Marlene Maria de Souza, agradeceu a expositora pela atenção dispensada aos participantes do encontro e pelo desenvolvimento do tema, tão importante para os que exercem as funções de secretários e diretores de Conselho de Educação. O coordenador, usando da palavra, disse que fazia suas as palavras da colega do Espírito Santo, agradeceu a Professora Ruth Prestes Gonçalves pela sua palestra e pelo estímulo que trouxe àqueles que atuam nos Conselhos de Educação. E completou dizendo que todos foram privilegiados por terem iniciado o dia com a emocionante homenagem prestada à Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho e coroado os trabalhos com a palestra da Professora Ruth Prestes Gonçalves. Encerrou a sessão, informando que os trabalhos do dia seguinte, dia cinco, teriam início às oito horas e convidou a todos dirigirem-se ao ônibus para a visita ao Teatro Amazonas. No Teatro Amazonas, houve a apresentação do grupo “Metamorfose”, apresentou a peça que conta a história do teatro, deslocando-se pelas dependências do mesmo. A peça inicia com a idealização do teatro, seu projeto, construção, material usado e sua origem, seu apogeu, decadência, restauração, revitalização e situação atual. Deixando o teatro, foi feita uma visita ao Porto de Manaus e à praia da Ponta Negra. Os trabalhos do segundo dia do encontro, cinco de novembro, tiveram início às oito horas, sob a coordenação da Vice-Presidente do CODISE, Eloisa Maria Teixeira Alves, do CEE de Mato Grosso. Iniciando os trabalhos, a Coordenadora deu conhecimento do ofício da Secretária-

Executiva do Conselho Estadual de Educação de Roraima, Neide da Silva Almeida e do telefonema recebido de Maria Raimunda Pereira Sant'ana, do Conselho Estadual de Educação da Bahia, comunicando a impossibilidade de comparecerem à X Reunião, que ora se realiza. A seguir, informou que o assunto da primeira parte da manhã será desenvolvido com a participação de todos, e é a continuação do tema iniciado na IX Reunião, em São Paulo, que, por premência do tempo, não foi possível um estudo mais preciso. O tema envolve os problemas do dia-a-dia dos Conselhos Estaduais de Educação, como consta da programação deste encontro: *“Como os Conselhos devem enfrentar as constantes mudanças de Conselheiros e Servidores – Problemas e Soluções”*. A coordenadora, com sua rica experiência e conhecimento de causa, motivou o desenvolvimento do assunto, expondo a problemática que envolve a existência, a estrutura, e o funcionamento dos Conselhos Estaduais de Educação, como: Conselheiros e funcionários, recursos humanos para transformar os Conselhos de Educação em organismos vivos, dinâmicos, cumpridores de suas atribuições perante à sociedade; mobilidade permanente, devido à natureza do órgão; Conselheiros com mandatos temporários, o que é salutar; falta de quadro de pessoal próprio, com funcionários cedidos pela Secretaria de Educação e outros órgãos; falta de autonomia administrativa e financeira dos Conselhos; os Conselhos de Educação como órgãos de Estado e não de Governo. A seguir, mostrou a experiência de Mato Grosso, destacando, entre outras, as seguintes situações: dificuldades encontradas na escolha de funcionários e adoção de processo seletivo entre os professores efetivos; capacitação dos professores selecionados, como também dos novos Conselheiros, por meio de seminários; fatores que complicam a inter-relação entre Conselheiros e pessoal técnico; remanejamento interno dos funcionários do Conselho, visando melhor aproveitamento e valorização; elaboração de um manual com a descrição das atividades desenvolvidas por cada setor. Por último, destacou o trabalho de Mestrado da Técnica Maria Amélia Ramos, do CEE de Mato Grosso, que desenvolveu pesquisa sobre o funcionamento irregular de escolas. A seguir, participaram da exposição os representantes dos Conselhos: Álvaro Barros da Silveira, de Santa Catarina, lembrando o Planejamento Estratégico, apresentado na VIII Reunião em Camboriu, informando que houve bloqueio por parte dos Conselheiros em participar de ações de capacitação. Citou problemas de ética envolvendo Conselheiros de outros

estados e a exoneração de todos os Conselheiros no Estado da Paraíba. Apresentou e-mails enviados por Antonio Carlos, do Paraná e Raimundo Miranda, ex-Secretário-Executivo do CNE, felicitando pela reunião; Luiz Gonzaga Sampaio de Araújo, do Conselho Nacional de Educação, informando que houve renovação de 50% no CNE e que o Conselho está criando um Centro de Memória; Soila Rodrigues Ferreira Domingues, de Mato Grosso do Sul, informando: cortes nos cargos comissionados; a composição plural do Conselho; realização de trabalho intensivo para normatizar matérias previstas na LDB; realização de uma semana de trabalhos intensivos com a participação de Conselheiros e Técnicos para a regularização de escolas; a boa articulação entre o CEE e a SEDUC para composição de pessoal; os Técnicos passam por um período de estágio probatório de três meses; Benedita do Socorro Medeiros e Silva, do Pará, informando sobre a composição do CEE e que o corpo técnico é constituído de funcionários do quadro da SEDUC; Evani Maria da Rosa Alessandri, do Rio Grande do Sul, informando que: o Conselho conta com quadro permanente de Técnicos não havendo muita mobilidade; o Conselho é órgão de Estado e não de Governo; Carmen Gomes Mendes, de Goiás, informando que o Conselho conta com um corpo de Assistência Técnica para subsidiar os trabalhos dos Conselheiros; José Durval de Araujo Lima, do Distrito Federal, informando que o Conselho conta com um quadro de funções em comissão, e que o pessoal de apoio técnico e administrativo é cedido pela Secretaria de Estado de Educação; Maria Eliete da Silva Cavalcante, do Amazonas, informando que os Conselheiros são escolhidos pelo Governador, tendo como critério “notório saber” em educação; a Secretária de Educação é Presidente nata do Conselho, mas quem dirige o Colegiado, de fato, é a Presidente-Substituta; Marlene Maria de Souza, do Espírito Santo, relatando a experiência que o Conselho passou, com a exoneração de todos os Conselheiros e dos funcionários que são do quadro da Secretaria de Educação. Terminadas as apresentações, a Coordenadora, Eloya Maria Teixeira Alves, agradeceu aos participantes, sugeriu a continuação deste assunto na XI Reunião Plenária do CODISE e encerrou o debate. De imediato, teve início, sob a coordenação do Presidente do CODISE, Álvaro Barros da Silveira, a última palestra do encontro, proferida pelo Conselheiro Carlos Eduardo de Souza Gonçalves, Pró-Reitor da UEA – Universidade do Estado do Amazonas, sob o tema “Educação a Distância”. O conferencista apresentou, em detalhes, a experiência de educação a distância, denominada

“PROFARMAR – UEA: Experiência na Mediação do Ensino”. O Projeto visa a formação dos professores do Estado e dos municípios não-licenciados, com a mesma estrutura do Curso Normal Superior oferecido pela Universidade do Estado do Amazonas. A palestra será integralmente transcrita no relatório desta reunião plenária. Após pequeno intervalo para o lanche, o grupo se deslocou até os estúdios na Universidade do Estado do Amazonas, onde o Professor continuou a exposição, oportunidade em que todos puderam conhecer o desenvolvimento do projeto, com interação ao vivo, via satélite, atingindo os mais longínquos municípios do Estado do Amazonas. A seguir, o grupo deslocou-se até o auditório da Universidade do Estado do Amazonas, para o encerramento do encontro, com a apresentação do grupo performance “Amazonas Nossa Terra”, pelos alunos da Escola Pública ES – Projeto Protetores da Vida. A seguir, houve um churrasco de confraternização, seguido de um passeio de barco até o encontro das águas dos Rios Negro e Solimões, passando pelo Hotel Tropical Manaus. O Presidente deixou patente o agradecimento do CODISE ao Conselho Estadual e à Secretaria de Estado de Educação do Amazonas, que deu total apoio à realização da X Reunião Plenária da instituição, cedendo suas instalações, oferecendo lanches e almoço de confraternização e as demais atividades aqui registradas. Deixou, ainda, um agradecimento todo especial a todos que colaboraram para o êxito do encontro, em especial, os Conselheiros, à frente a Presidente Nata do Colegiado, Secretária de Estado de Educação do Amazonas, que proferiram palestras; à Comissão organizadora da Reunião, constituída por: Cíntia Pereira Santiago, Darci Martins Neves, Érica Maria Nogueira da Silva, Inaran Bastos de Mattos, Maria Eliete da Silva Cavalcante, Renê Costa Menezes de Souza, Rocilda Célia da Silva Nascimento e Rose May Carmela Motta. Deve-se registrar a presença da Presidente Substituta, da Secretária Executiva e de alguns funcionários do Conselho em todas as atividades do evento, inclusive nas atividades de lazer. E, para constar, eu, José Durval de Araujo Lima, Secretário do CODISE, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente do Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação – CODISE, Álvaro Barros da Silveira. Manaus, cinco de novembro de dois mil e quatro.

ÁLVARO BARROS DA SILVEIRA

Presidente

JOSÉ DURVAL DE ARAUJO LIMA

Secretário

PALAVRAS DO PRESIDENTE DO CODISE, ÁLVARO BARROS DA SILVEIRA(*), NA SOLENIDADE DE ABERTURA NA X REUNIÃO PLENÁRIA DA INSTITUIÇÃO, REALIZADA EM MANAUS, NO DIA QUATRO DE NOVEMBRO DE 2004.

Bem-vindo a todos.

Caros colegas. Dando início à X Reunião dos Diretores e Secretários de Conselhos de Educação, declaro aberto os trabalhos, solicitando à Senhorita Débora da Cunha Nogueira a cantar o Hino Nacional. Excelentíssima Senhora Vera Lúcia Marques Edwards, Presidente Nata do Conselho Estadual de Educação do Amazonas e Secretária de Estado de Educação do Amazonas. Excelentíssima Senhora Professora Inaram Bastos de Matos, Presidente Substituta do Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Excelentíssima Senhora Maria de Lourdes Hawatt, Secretária Executiva da SEDUC. Caríssima Maria Eliete Cavalcante, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Educação do Amazonas. Senhora Secretária, gostaria de iniciar nossa fala apresentando nossos colegas. À minha direita, o Professor José Durval, do Conselho de Educação do Distrito Federal; ao seu lado, Ivanir de Carvalho, do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul; ao seu lado Benedita do Socorro, do Conselho Estadual de Educação do Pará; ao seu lado Luiz Gonzaga, representando o Conselho Nacional de Educação; Professora Soila, de Mato Grosso do Sul; professor Walter Vuolo, representando o Cadastro Nacional dos Cursos Técnicos, nosso parceiro nas reuniões do CODISE; Professora Maria Eloísa, nossa Vice-Presidente do CODISE, do Conselho de Mato Grosso; Professora Cármen do Conselho de Goiás; Professora Sílvia do Conselho de São Paulo; professor Tibúrcio do Conselho de Tocantins; Professor Feichas do Conselho do Rio de Janeiro; Professora Terezinha do Conselho do Acre; professora Marlene do Conselho do Espírito Santo e nossos Conselheiros do Amazonas.

Caríssimos colegas, cumprimentando também os colegas daqui do Amazonas e os visitantes.

O Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação – CODISE foi criado em junho do ano de 2000, e chega ao Amazonas para a X Reunião Plenária. Nossos compromissos assumidos, mesmo antes da criação oficial do CODISE, lá em Foz do Iguaçu, pode afirmar nossa colega Marlene do Espírito Santo, que junto comigo é remanescente daquela reunião, permanecem inalterados, ou seja, a busca da integração entre as administrações dos Conselhos e a troca de experiências.

No Brasil, desde que foi proclamada a República, constitui uma federação de estados não soberanos porém, autônomos por definição. Esta autonomia, no entanto, nunca foi adequadamente respeitada e, por uma série de fatores, prevalece a idéia de que à União tudo pode e aos estados cabe o que a União houver por bem conceder. A realidade não é feita de parâmetros verticais hierarquia mas de muitas realidades locais que se intercomplementam harmonicamente para os espaços físicos ou institucionais que se ordenem adequadamente. Com certeza, a era da informática provocou tantas mudanças e tão rápidas que o conhecimento se ampliou em termos de produção e divulgação.

A globalização é um fenômeno de interligação dos conhecimentos e informações, graças às tecnologias desenvolvidas. Não há dúvida de que a globalização atinge a esfera política, o estado e a sociedade organizada acentuando, principalmente, o grupo privado, o direito e o bem estar coletivo.

A globalização atinge, ainda, os importantes temas da era contemporânea e a participação interna em todos os níveis na produção do conhecimento ou nas decisões de cunho social, político, religioso e administrativo. Os conhecimentos produzidos em velocidade tecnológica não podem ser negados aos jovens que freqüentam os bancos escolares. A formação do cidadão normal tem que estar em consonância com a formação do indivíduo cidadão, compromisso das escolas e será sempre da formação permanente, abrangente e continuada do cidadão. É neste contexto que os nossos Conselhos de Educação estão trabalhando. Precisamos investir no regime de colaboração entre os Conselhos de Educação. A União tem o dever de coordenar a política nacional de educação, articulando os diversos níveis e sistemas, mas os sistemas de ensino terão a liberdade de organizar, e é este o nosso papel. Nosso CODISE tem intenção, dentro dos limites de nossas competências, ajudar nossos conselhos a serem melhores e a fazerem uma educação melhor. São exemplos, o esforço de nossa colega Maria Eliete, com o apoio integral deste Conselho, e da Secretaria de Educação que garantem a continuidade do nosso trabalho.

O CODISE é um ente que só existe nas nossas cabeças, dos diretores e secretários, materializando-se, especialmente, nas nossas plenárias. Quando o Amazonas, nesta cidade de Manaus, nos recebeu para esta sessão plenária, a Vila de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro, o espaço não poderia ser mais propício, esta bela casa, que, em 1895, foi instalado o Grupo Escolar José Paraguaçu. Hoje, recebendo o Conselho Estadual de Educação do Amazonas. A todos vocês que nos recebem o nosso muito obrigado. Aos nossos colegas que compareceram, muito obrigado.

* Álvaro Barros da Silveira é Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e Presidente do CODISE – Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação.

A AUTONOMIA DOS CONSELHOS EM RELAÇÃO ÀS SECRETARIAS

*Prof^a Vera Lúcia Marques Edwards**

É com distinguida consideração que saúdo a todos e, com muita honra, o Amazonas e a cidade de Manaus recebem esta massa crítica aqui reunida, para discutir melhoria de funcionamento de nossos órgãos normativos da Educação, os Conselhos de Educação, com propostas de avanços, no sentido da conquista plena do exercício da autonomia, destes órgãos colegiados.

A questão que me coube abordar refere-se à autonomia dos Conselhos de Educação, em relação às Secretarias.

Não se trata, em absoluto, de uma palestra ou conferência, porém de destacar algumas considerações que se vem discutindo, em sucessivas reuniões do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, com a contribuição efetiva do Conselheiro e Prof. Dr. Genuíno Bordignon – CEDF, em sua brilhante produção “*Natureza dos Conselhos de Educação*” – BSB – DF – 2000 – tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, e que nos oferece uma retrospectiva histórica da questão, desde a criação dos Conselhos Superior e Nacional de Ensino, 1911 a 1931, até o atual Conselho Nacional de Educação – CNE.

A autonomia dos Conselhos de Educação, enquanto órgãos de governo e não de estado, mantém uma ligação, ainda que de caráter hierárquico, com os órgãos aos quais se vinculam, no caso às Secretarias de Educação, todavia, sem conotação de subalternidade, até porque no caso do Amazonas, o CEE é regido pelo que dispõe o art. 202 da Constituição Estadual de 1989, em cuja alínea “a” do parágrafo único, garante ao CEE/AM “*Autonomia administrativa funcional, constituindo-se em unidade orçamentária*”. Ainda no caso específico do Amazonas, o Decreto nº 17.889, de 18/6/97, aprovou o atual Regimento do CEE/AM, o qual indica o Secretário de Estado de Educação, como Presidente nato do CEE. Adianto que este Regimento está sendo analisado, a fim de ser alterado com proposta de nova ordem regimental, a partir do entendimento do atual Colegiado.

Em princípio, os Conselhos de Educação foram concebidos como órgãos de controle e fiscalização, 1911, função que hoje caracteriza os Conselhos Profissionais e outros, como afirma Bordignon, com o tempo essa função evoluiu para normativa e orientadora, no campo das políticas e diretrizes da educação formal.

Hoje, discute-se a autonomia desses órgãos desvinculada da relação de poder que se estabelece entre órgãos normativos e executivos do sistema.

Os Conselhos de Educação devem ser mais pró-ativos do que reativos.

O momento histórico não permite regressões. Os avanços das liberdades democráticas são evidentes. Os Conselhos de Educação, como recomendado pelo autor do estudo pioneiro desta causa, sobre o qual no embasamos, devem ater-se às questões mais gerais, e as particulares estão mais afetadas à natureza das instâncias administrativas, abertura que se está dando em leis complementares.

Repito o que sugere Bordignon, como exercício de imaginação.

Refletir os Conselhos de Educação como:

- *“ouvidor da comunidade sobre problemas educacionais;*
- *fórum de articulação e mobilização das grandes questões educacionais da escola e dos direitos da criança e da cidadania;*
- *promotor da carta de princípios educacionais do governo, do pacto social pela educação.*

Muitas organizações não governamentais, representativas de segmentos da sociedade, assumiram, entre outras, parte das funções acima. No entanto, somente os Conselhos, enquanto órgãos de Estado, têm condições plenas de fazer a articulação e deliberar, com poder de Estado e em nome da sociedade civil, sobre estas e outras relevantes questões educacionais. É de natureza dos Conselhos estabelecer, nas questões educacionais, a interface entre a sociedade e o governo, mais do que entre instituições singulares e o governo, garantido a qualidade da educação requerida pela sociedade do conhecimento”.

Faço questão de adaptar uma relevante consideração do intelectual e professor Mangabeira Ünguer, em seu magistral artigo “Lição Americana”, publicado na Folha de São Paulo, de 2/11/2004, a fim de fechar a questão da autonomia dos Conselhos de Educação, em quaisquer esferas:

1. demarcar caminhos e lutar por eles;
2. acreditar na democratização de oportunidades, como grande motor de avanços e,
3. ousar ser diferente para conquista de liberdades.

Para isso é preciso reconhecer que utopia é um sonho possível e, destino é política que nós próprios formulamos. Desejo a todos uma excelente estada em nossa querida terra. Que todos possam sentir nosso calor humano, ao tempo em que possam também usufruir de nossos encantos e belezas naturais e da magia de nossos rios e florestas.

Muito Obrigada.

* A Professora Vera Lúcia Marques Edwards é Secretária de Estado da Educação e Qualidade do Ensino e

Presidente Nata do Conselho
Estadual de Educação do Amazonas.

**PALAVRAS DA PRESIDENTE-SUBSTITUTA DO CONSELHO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, CONSELHEIRA
INARAN BASTOS DE MATTOS, NA SOLENIDADE DE ABERTURA DA
X REUNIÃO DO CODISE, HOMENAGEANDO A PROFESSORA MARIA
JANDIRA ROCHA DE CARVALHO.**

Honra-nos sediar a X Reunião Plenária do Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos Estaduais de Educação, representados neste evento pela maioria dos estados brasileiros, aos quais desejamos uma feliz estada em nossa Manaus, ao tempo em que os instigamos a conhecer a beleza natural de nossa terra, a riqueza de nossa fauna e flora, o encanto e magia de nossos rios e, sobretudo, a hospitalidade de nosso povo, que aliados a salutar troca de experiência que resultará deste relevante evento, muito nos enriquecerá, no que tange ao bom funcionamento dos nossos Conselhos Estaduais de Educação, órgão máximo de normatização e regulação dos sistemas estaduais de educação, cujo foco recai na contínua melhoria do ensino praticado em nossas escolas.

Esta reunião, hoje, reveste-se de um significado muito especial para todos nós que somos da equipe técnico-administrativa deste Colegiado, bem como da área da educação pública estadual, pela intenção de homenagearmos e dirigirmos os nossos sentimentos de gratidão e de reconhecimento de competência à nossa querida Profª Maria Jandira Rocha de Carvalho, Pedagoga e especialista em Administração Escolar, que esteve por longos anos dedicando-se à educação, iniciando em 1971 como professora do Ensino Supletivo na Escola Estadual Pedro Silvestre. Em 1971, já casada, foi removida para a Escola Estadual Humberto de Campos pela proximidade de sua residência. Com a conclusão do curso de Pedagogia, os horizontes profissionais foram se abrindo assumindo direção de escola, cargo de Administradora Escolar, interventora de uma escola profissional de curso técnico no Município de Tefé, Chefe de Gabinete do Secretário Municipal de Educação, Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Educação e mais especialmente deste Conselho por um período de 7 (sete) anos, de 1997 a 2003, no qual soube se conduzir com muita honradez e dignidade, no trato da coisa pública. Nossa querida Jande, como carinhosamente a chamamos, sempre contribuiu com muito profissionalismo, com sugestões de melhoria para o bom funcionamento desta casa e sempre orientando, com zelo e presteza, às escolas que aqui nos procuram para solicitar informações e/ou tramitar documentação de seus interesses.

A Profª Jande também desfrutou do prazer de participar de duas reuniões plenárias do CODISE, uma na capital Maceió no segundo semestre do ano de 2000, e, a última, realizada no mês de junho de 2001, em Brasília.

Esta casa tem o dever de ressaltar e reconhecer o comprometimento da Profª Jandira, por sua dedicação e, sobretudo, por sua simpatia e trato que conquistou e conquista a todos: funcionários, técnicos, Conselheiros, enfim a todos que têm a oportunidade de privar de sua convivência amiga.

Profª Jandira jovem ainda que é, hoje, está aposentada, por questões de saúde, porém soube vencer com triunfo e ajuda de Deus as dificuldades pelas quais passou e por um longo período de hospitalização e tratamento, mas sempre otimista e sem perder a fé em sua recuperação, que está se dando com a graça de Deus.

Receba, portanto, amiga Jandira todo o carinho e afeto de seus amigos e companheiros de ideais, que a querem muito bem e que desejam-lhe muita saúde, paz, fé em Deus e vida longa, além do almejado sucesso em sua contínua recuperação e que possamos sempre contar com sua participação em eventos desta natureza.

Profª Jandira o seu exemplo de dedicação profissional, de saber ser amiga de seus amigos, de saber ser a mãe e irmã carinhosa, estará sempre presente em nossas vidas.

Os nossos mais afetuosos cumprimentos.

EDUCAÇÃO INDÍGENA

Cons^o Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira*

Falar de Educação Indígena é falar de Índios. No Brasil, quando falamos de índios, quase sempre isso nos remete a pensar no Xingu, e quando falamos em língua indígena pensamos no tupi. Bem, Xingu é nome de rio e tupi é um tronco lingüístico. No Xingu, é verdade, moram inúmeros povos indígenas e nenhum fala língua do tronco Tupi.

Segundo os dados da FUNAI, existem no Brasil 220 povos indígenas que falam cerca de 180 línguas. Isto mostra a grande diversidade cultural existente no Brasil. No entanto, esta diversidade já foi bem maior. No início da colonização do Brasil, calcula-se que aqui viviam cerca de seis milhões de pessoas. É claro que com seus problemas, suas doenças, suas guerras, etc. Mas, também com suas soluções, remédios, acordos, e etc. Depois da chegada do “homem branco”, as coisas mudaram radicalmente. O português viu o índio como uma pessoa inferior. Melhor dizendo, teve dúvidas se o índio era um ser humano ou não. A dúvida era de que o índio era uma pessoa com aparências de animais ou um animal com aparências de pessoas. De gente. Imaginemos como eram tratados os animais naquela época. Depois de idas e vindas, meio século se passou para que o papa declarasse que o índio tinha alma. Isto é, era gente. Se era gente, devia, então, ser catequizado para ter salvo a sua alma. E foi com esta filosofia que nasceu a primeira escola para os índios. Ou seja, a escola deveria ser o instrumento de catequizar, civilizar e integrar o índio à sociedade envolvente.

Esta prática se deu até recentemente. Mesmo com a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) até a vinda da FUNAI, em 1967, a prática foi a mesma: fazer o índio deixar de ser índio. Essa forma de ver o índio, teve a influência do pensamento da evolução biológica do homem. O homem, no seu desenvolvimento, passara por estágios, selvageria, barbárie e civilizado. Desta forma, o índio foi visto como um ser que estava no estado da selvageria ou barbárie. Daí era preciso civilizá-lo e catequizá-lo para salvar sua alma. Ser índio não foi visto como uma cultura diferente. Mas como um estágio de civilização inferior e que ao adquirir o conhecimento de “fora” não seria mais índio.

Pelo fato de ser considerado inferior, o índio foi tratado como incapaz. Então era preciso ser cuidado por alguém. Para isso serviu o SPI e depois a FUNAI. O índio necessitou ser tutelado, por ser considerado relativamente incapaz. Era como um menor ou como um débil mental cuidado por seu responsável. Tutor.

Na década de 70, algumas lideranças indígenas começaram a questionar a forma da educação escolar que lhes era oferecida. Aproveitando a onda que houve no país de luta por liberdade contra a ditadura, os índios passaram a se organizar e reivindicar seus direitos. Quero lembrar que a ditadura militar ocorreu, no Brasil, de 1964 a 1984. Mas para os índios a ditadura sempre ocorreu desde a chegada do europeu. Lembremos que foram tutelados, ou seja, o seu tutor (estado) é que decidia tudo por eles. Somente com advento da

Constituição Federal, de 1988, foi reconhecido aos índios o respeito pela sua forma de viver, em todos os sentidos. Até a chegada deste momento, as organizações indígenas não eram reconhecidas e nem poderiam, pois menor e débil mental não se responsabilizam juridicamente por seus atos. E assim eram vistos.

A partir de 1988, com a CF, a prática da escola mudou. Foi assegurado suas formas próprias de aprendizagem, suas línguas e costumes (Lei nº 9.394/96). Grandes avanços houveram na legislação indigenista brasileira. No entanto, entre a lei e a prática existe uma lacuna muito grande. Enquanto aqui em Manaus estamos convivendo com tecnologia de ponta, de última geração, em algumas aldeias do Amazonas estamos lecionando usando giz em fundo de forno de torrar farinha de mandioca.

As sociedades, os nossos dirigentes, ainda não sabem respeitar, e nem reconhecem a diversidade cultural existente no Brasil. Ainda há um caminho muito longo a se fazer. Mais do que boa vontade, é preciso reconhecer que para povos diferentes, escolas diferentes. E é isso que os indígenas pedem: uma escola que responda, que traga soluções para seus problemas. A escola que lhes foi oferecida anteriormente, e que em alguns lugares continuam, foram escolas que serviram de porta de saída para a cidade, onde lá ficaram expostos a todos os tipos de vícios como bebidas alcoólicas, drogas, prostituições e doenças venéreas. Além de perderem o vínculo com sua sociedade e não podendo mais conviver na sua comunidade. Pois a aprendizagem servia para viver na cidade e não na aldeia. Hoje, se quer uma escola que seja bilíngüe, que respeite seus costumes, ritos, crenças, enfim, suas formas próprias de viver. Que possam estudar os conhecimentos ocidentais, sem deixar de ser índio. Sem ser visto, por ser índio, um ser inferior.

* O Prof. Benjamin de Jesus Andrade de Oliveira, índio da etnia baniwa do alto Rio Negro, é Mestre em Educação e Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

O PROFISSIONAL E SUA AUTO-ESTIMA

Prof^a Ruth Prestes Gonçalves*

Eu estava lá atrás, mas bem atenta ao que acontecia aqui no plenário deste Conselho. Cumprimento a todos dizendo que sejam bem-vindos ao nosso estado. Este Estado tão distante e, às vezes esquecido por muitos brasileiros que não conhecem esta beleza que existe aqui e que, antes de conhecer a Europa, os Estados Unidos e outras partes do mundo deveriam conhecer o Amazonas. O tema de minha exposição é “*O profissional e sua auto-estima*”. Na verdade, não vou fazer propriamente uma palestra, na verdade quem vai falar são vocês. Temos, mais ou menos, meia hora e sei que todos estão cansados, exaustos, e por isto mesmo, é que quero fazer esta atividade de maneira bem descontraída, até como uma forma de fazer uma experiência de idéias. Eu trouxe um material que vou passar para vocês e cada um vai escolher um item e fazer um comentário. Vamos passar de um para o outro o que nós pensamos do destino, o que é que nós realmente pensamos da auto-estima, das coisas boas que estão aí e, que às vezes não percebemos.

É a seguinte a introdução do trabalho: sem a auto-estima, dificilmente uma pessoa progride profissionalmente. A auto-estima é um fator indispensável para o equilíbrio emocional do ser humano. Podemos construir a nossa auto-estima tomando como parâmetro alguns conceitos.

Na verdade, a auto-estima é fundamental, é uma coisa que eu sempre falo para minhas alunas da Faculdade Nilton Lins, no Curso de Pedagogia. Eu sempre passo para minhas alunas que, talvez, o maior índice de reprovação e evasão que nós temos no Brasil, caracterizado em alguns estados, principalmente no Norte, onde a taxa de evasão e repetência é muito alta, esteja na questão da auto-estima e que isto precisa ser trabalhado. Todos nós precisamos trabalhar nossa auto-estima. Até no momento quando estamos sobrecarregados de tantas informações, tanta mídia, é bom parar um pouquinho e refletir. Vamos iniciar. Eu vou começar por quem está aqui ao meu lado, no lado do coração. Cada um vai escolher uma das frases e vai fazer um comentário:

1. *Tenho direito de viver.*
2. *Minha vida pertence a mim. E isso é igualmente verdadeiro para os demais seres humanos.*
3. *Se alguém de quem eu gosto não corresponde aos meus sentimentos, isso pode ser decepcionante e até doloroso, mas não reflete o meu valor pessoal.*
4. *Nenhum indivíduo ou grupo tem o poder de determinar como vou pensar e sentir a respeito de mim mesmo.*
5. *Se os meus objetivos forem racionais, mereço sucesso naquilo que tentar.*
6. *Tenho o direito de cometer erros. Essa é uma maneira de eu aprender.*
7. *Prefiro corrigir meus erros a fingir que eles não existem.*

8. *Não procuro fazer com que minhas convicções pareçam diferentes do que são em nome da popularidade e da aprovação.*
9. *Aceito meus pensamentos tais como são, mesmo quando não os endosso.*
10. *Aceito a realidade dos meus problemas, mas não sou definido por eles. Meus problemas não são a minha essência. O medo, a dor, a desorientação e os erros não refletem o que eu sou.*
11. *Vale mais minha auto-estima do que traí-la por qualquer recompensa imediata.*
12. *Procuro ser solícito em promover a união fraterna e corajoso(a) em afastar radicalmente tudo que divide e separa.*
13. *É bom ter um irmão que me ame, mas ser o irmão que ama para mim é mais importante.*
14. *Para mim não basta desejar ter amizades, procuro ser sempre um excelente amigo.*
15. *O bem é a minha única arma para combater o mal.*
16. *Não perco meu tempo em criticar quem faz o mal, mas aplaudir quem pratica o bem.*
17. *Acredito que todo bem se valoriza na riqueza do amor, porque o amor faz com que as coisas pequenas se tornem espiritualmente grandes.*
18. *A decisão e a coragem de começar algo é meu ponto de partida para a minha realização, assim como dar o primeiro passo representa o início de uma grande caminhada que pretendo fazer.*
19. *Entendo que saber viver não é apenas anular riqueza e alargar os horizontes do conhecimento, mas é, sobretudo, aprender a proceder corretamente.*
20. *Deus me criou para ser feliz, porém não me deu a felicidade pronta, mas me oferece todos os meios para conquistá-la e isso só depende de mim.*
21. *Algumas vezes tateio no escuro, à procura de um caminho; muitas vezes tropeço, perco o equilíbrio e caio, mas em cada momento de fraqueza sinto a força da mão suave de Deus que me soergue, tomo o caminho e recomeço a caminhada.*
22. *Torno-me aquilo que habitualmente penso que sou; daí a importância de repetir, muitas vezes, para mim mesmo(a); sinto-me feliz.*
23. *Acredito que produzindo felicidade para os outros ela virá automaticamente ao meu encontro.*
24. *Sinto necessidade vital de conviver e relacionar-me com outras pessoas, porque a solidão e o isolamento causam-me tédio.*
25. *Creio que quem caminha, alcança a meta desejada; quem luta vence; quem espera alcança; quem sorri faz sorri; quem atravessa o túnel, vai ao encontro da luz; quem faz o outro feliz, encontra a própria felicidade.*
26. *Deixo-me iluminar, influenciar e conduzir por Deus, e quanto mais me ligo a Ele mais Ele se dá a mim.*
27. *Para mim, amar é dar presente, é estar presente e é ser um presente.*
28. *A minha vida é aquilo que eu faço dela.*
29. *A minha auto-estima está ao meu alcance. Eu posso, eu devo construí-la. É a minha convicção para ser feliz e progredir profissionalmente.*

Sei que vocês já conhecem a professora Jandira, mas quero apresentá-la mais uma vez. Ela foi, por muitos anos, Secretária deste Conselho e me ajudou muito. Quero dizer

para vocês que um Conselho sem Secretária ou Secretário competente não é um Conselho. Jamais um Conselho conseguirá vencer e produzir se não tiver por detrás um competente Secretário. Jamais um Conselheiro poderá fazer um trabalho com competência se não tiver por trás um inspetor de ensino. E é justamente estes profissionais que, muitas vezes, pensam assim: membro do Conselho Estadual de Educação, dá a impressão de uma alta autoridade. Não é nada disto, jamais um Presidente de Conselho faria alguma coisa, por mais competente que fosse, ou seja ou será, deslanchar toda esta dinâmica, todo este processo que envolve o Conselho Estadual de Educação. Vocês estão de parabéns, eu desejo a cada um de vocês em particular, muita felicidade, muita sorte, que a família de cada um de vocês seja abençoada e que vocês possam retornar a esta casa, a este Estado muitas vezes, seja para encontro como este ou seja a passeio, como nossos amigos ou turistas. Sejam bem-vindos e boa tarde.

-
- A Prof^a Ruth Prestes Gonçalves é Mestre em Educação, ex-Conselheira do CEE/AM, Professora aposentada do Estado do Amazonas e Professora da Faculdade Nilton Lins.

SÍNTESE DO PRONUNCIAMENTO DA VICE-PRESIDENTE DO CODISE ELOYSA MARIA TEIXEIRA ALVES, NA COORDENAÇÃO DO TEMA: “COMO OS CONSELHOS DEVEM ENFRENTAR AS CONSTANTES MUDANÇAS DE CONSELHEIROS E SERVIDORES – PROBLEMAS E SOLUÇÕES.

Na introdução:

1. Recursos humanos
 - Os Conselhos de Educação precisam contar com Conselheiros e funcionários que possam transformá-los em organismos vivos, dinâmicos, cumpridores de suas atribuições para com a sociedade, como órgãos de Estado e não de governo.
 - Mobilidade permanente, devido à natureza do órgão.
2. Conselheiros – Mandatos temporários.
3. Funcionários
 - Disponibilizados pelas Secretarias de Educação e outros órgãos públicos;
 - Dificuldades na requisição de funcionários para atender ao perfil necessário às atividades dos Conselhos. Muitas vezes são designados aqueles que estão sem função, com problemas de saúde, prestes a se aposentar, sem condições, portanto, de ter a produtividade que os órgãos necessitam. ou que procura um lugar com menos exigência quanto ao trabalho ou horário.
 - Quem faz os Conselhos de Educação são as pessoas que aí trabalham e que devem sentir orgulho.
4. Experiência de Mato Grosso para minimizar a problemática:
 - Seleção de professores efetivos, para requisição pelo Conselho Estadual de Educação, para ocupar cargo de técnico, por meio de Edital publicado no Diário Oficial, com estabelecimentos dos critérios essenciais para o desempenho de função, contendo o perfil do profissional que se deseja;
 - Após a seleção, capacitação mediante seminário interno, realizado com participação dos Coordenadores/Secretária-Executiva e pelos técnicos mais antigos do Conselho. Além disso, exercícios práticos de como analisar processos, numa ação conjunta, técnico antigo x técnico selecionado.
 - Seminário para capacitar novos Conselheiros, com temas básicos, como: Histórico do Conselho, Natureza do Conselho, Finalidades, Competências, Legislação do Ensino, Estrutura Administrativa do Conselho, Legitimidade e Representatividade.

Na conclusão, após as participações:

- Aspectos importantes observados:

- ✓ Falta de autonomia administrativa e financeira dos Conselhos Estaduais de Educação;
- ✓ Grande esforço dos Conselhos para conseguir se estabelecer como órgãos de Estado e não de Governo;
- ✓ Existência de fatores que complicam a inter-relação entre Conselheiros x Técnicos;
- ✓ Necessidade de remanejamento dos profissionais pertencentes ao quadro do CEE, para melhor aproveitamento e valorização das pessoas;
- ✓ Elaboração de um manual onde apresenta a descrição das atividades desenvolvidas pelos setores do CEE, facilita a socialização das tarefas realizadas e dá continuidade no fluxo processual, quando acontece a saída de funcionários do setor;
- ✓ Destaque ao trabalho da Técnica Maria Amélia Ramos do CEE/MT, que, no Curso de Mestrado, desenvolveu pesquisa sobre o funcionamento irregular de escolas, fazendo com que os Conselheiros e Técnicos refletissem sobre a sua prática, e as normas existentes;
- ✓ Sugestão para dar continuidade ao assunto na XI Reunião Plenária do CODISE.

A Prof^a Eloysa Maria Teixeira Alves é ex-Conselheira e atual Secretária-Executiva do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e Vice-Presidente do CODISE.

PROFORMAR-UEA: EXPERIÊNCIA NA MEDIAÇÃO DO ENSINO

Carlos Eduardo de Souza Gonçalves*

*“Se um dia houver a possibilidade de estudarmos em rede, estará inventada uma nova forma de presença a **distância**, permitindo modos ainda desconhecidos de participação e instrução, como já é o caso da Internet”. (Pedro Demo, Questões para a Teleducação, 1999)*

A. HISTÓRICO

Em agosto de 2001, por solicitação da Secretaria de Educação do Estado, a UEA elaborou projeto com o objetivo de oferecer curso normal superior aos professores de seu quadro que atuam nas primeiras séries do Ensino Fundamental e que não possuíam formação superior para o magistério.

O projeto, elaborado naquela época, com base nas experiências realizadas em outras instituições de ensino superior, sob a forma de ensino presencial, apresentava os seguintes números:

Professores a serem atendidos no Estado	4.962
• Capital	1.729
• Interior (61 municípios)	3.233
Número de turmas da Capital	35
Número de turmas do Interior	73
Número de cidades onde funcionariam as turmas	45
Custo total	71.115.032,54

A primeira análise do projeto revelou um conjunto de problemas que, com certeza, se constituíam em sérios obstáculos à sua execução. Entre eles destacamos os seguintes:

I. Era impossível organizar turmas em todos os municípios em razão do pequeno número de professores existentes em alguns deles. Por essa razão, o Projeto previa a constituição de turmas em 45 municípios, devendo os professores dos demais 16 municípios freqüentarem o curso em outra localidade, ficando, assim, obrigados a se afastarem de seus domicílios durante a realização do curso (3 meses, ao ano, pelo período de 3 anos).

II. Outra questão que se colocava dizia respeito à complicadíssima logística da região. O acesso a expressivo número de sedes municipais é restrito aos barcos, uma vez que nem todas possuem linha regular de avião, nem pista de pouso, e raríssimas dispõem de estradas. Não havendo professores em número suficiente para atender a cada turma, torna-se necessário deslocar o professor de um município para outro após cada disciplina. Tal operação é impensável em curto espaço de tempo. O deslocamento de professores de um município para outro eleva demasiadamente os custos operacionais. Na maioria dos casos, os professores precisam retornar a Manaus para daí dirigir-se a outro município; o frete de avião, às vezes, é a única solução.

III. Nos municípios de mais difícil acesso, o acompanhamento do trabalho dos professores e dos alunos fica prejudicado em razão das dificuldades de supervisão eficiente. A falta de acompanhamento e de controle tem sido uma das dificuldades mais preocupantes dos cursos presenciais que funcionam em localidades distantes, desprovidas de infraestrutura necessária para esse tipo de trabalho.

Diante das dificuldades apresentadas, o **ensino a distância** passou a ser a opção mais interessante. A equipe a que foi dada a incumbência de elaborar o projeto, após examinar essa possibilidade, buscando identificar os pontos positivos e negativos no uso desses recursos, concluiu pela indicação do uso da televisão como o meio mais adequado para realizá-lo.

B. O NOVO PROJETO

Na elaboração de novo projeto, que incluiu a televisão como mediadora das atividades docentes, procurou a equipe definir com clareza e objetividade os pontos mais relevantes relativos à eficiência e à qualidade do curso. Dessa forma, estabeleceram-se os seguintes pontos básicos:

- a) assegurar a qualificação e a competência das pessoas envolvidas no projeto, em especial de professores e supervisores, através da seleção e de constante treinamento em todas as etapas de execução;
- b) implantar a infra-estrutura tecnológica necessária;
- c) elaborar materiais didáticos ajustados ao curso e às exigências do processo de aprendizagem;
- d) prever um sistema abrangente de avaliação contínua da qualidade;
- e) estabelecer o mais forte nexos possível entre o curso e os problemas e as emergências da localidade.

Dessa forma, embora a equipe tivesse montado um projeto que previa o uso da tecnologia como mediador, não excluiu a participação preponderante do professor. O corpo docente ficou constituído de dois grupos: um incumbido de elaborar o conteúdo, ministrar as aulas pela televisão e realizar parte da avaliação do aluno; outro, em orientar o estudo e as atividades desenvolvidas em sala de aula, ficando também responsável por parte da avaliação. Encontros periódicos previam o acompanhamento das tarefas de cada grupo com o objetivo de facilitar seu entrosamento. A seguir será apresentado o detalhamento desse trabalho.

C. RESUMO DO PROJETO

C.1. Equipamentos tecnológicos:

a) Estúdio completo de televisão, dotado de capacidade para produzir as aulas com a utilização de recursos didáticos através de múltiplas linguagens: filmes, ilustrações e animações, pesquisados ou especialmente produzidos para o curso.

b) Antena parabólica.

c) Central de Atendimento ao aluno, inicialmente planejada com 30 telefonistas, que encaminham as questões apresentadas pelos alunos aos professores titulares ou às equipes técnicas.

d) Em cada sala de aula foram instalados os seguintes equipamentos: televisor de 38", vídeo-cassete para gravação das aulas, micro-computador ligado à Internet, impressora e telefone-fax.

C.2. Material bibliográfico e didático:

a) Textos escritos especialmente para o curso pelos professores titulares, submetidos à revisão de conteúdo e de linguagem.

b) Biblioteca com títulos relacionados às disciplinas e com número de exemplares em função da quantidade de turmas existentes na escola.

c) Material de apoio didático.

d) Produção de materiais que possam ser usados em sala de aula.

C.3. Equipes técnicas:

a) Consultores, professores convidados que participaram da elaboração do projeto e prestam assessoria em sua execução.

b) Equipe de Coordenação Central, responsável pela supervisão do Sistema, assessorada pelos Consultores.

c) Equipe de Coordenação Pedagógica, responsável pela organização, monitoramento e avaliação da atividade didática, desde a produção das aulas até a avaliação final do aluno.

d) Equipe de Tecnologia Educacional, responsável pelo uso da televisão e pelas atividades com ela relacionadas, tais como roteirização das aulas, treinamento de professores titulares e assistentes no uso de recursos tecnológicos e pela produção do material didático de apoio.

C.4. Corpo docente:

a) Professores titulares, responsáveis pela elaboração dos textos básicos, pela apresentação das aulas na televisão e pela avaliação final do aluno em sua disciplina. Foram convidados entre pessoas de notório conhecimento no meio universitário e que estivessem dispostos a participar da experiência nova.

b) Professores assistentes, responsáveis pelo funcionamento das atividades na sala de aula orientando os alunos, organizando e supervisionando as dinâmicas locais e desenvolvendo todas as demais tarefas para o funcionamento do curso.

c) Durante a realização do curso, houve a participação de 443 professores, distribuídos nos dois grupos, segundo a titulação, conforme o quadro abaixo:

GRUPO	TITULAÇÃO	Nº	Total
Titulares	Doutores	22	118
	Mestres	47	
	Especialistas	43	
	Graduados	6	
P. Assistentes	Doutores	3	325
	Mestres	24	
	Especialistas	264	
	Graduados	34	

C.5. Roteiro das aulas

No planejamento das aulas, houve uma preocupação didática voltada para sua eficiência, tendo em vista o curto espaço de tempo que estaria disponível ao professor em formação para se dedicar ao estudo individual. Por esse motivo, além das técnicas próprias do estúdio de televisão, foram previstas atividades que deveriam funcionar como reforço da aprendizagem. O roteiro das aulas obedecia ao padrão abaixo:

- a) Claquete, identifica a disciplina e o assunto da aula.
- b) Provocação, imagem ou questão que desperte interesse.
- c) Exposição ou aula, períodos de, no máximo, 30 minutos; são utilizados, no máximo, 6 inserções por dia.
- d) Síntese do período (manhã ou tarde).
- e) Tira dúvidas, respostas às questões enviadas pelos alunos através do centro de Atendimento.
- f) Revisão da matéria antes das provas.

C.6. Treinamento do pessoal

a) Os professores assistentes receberam treinamento através de cursos ministrados com a seguinte programação:

A1 – Tecnologias da Informação e da Comunicação (20 horas)

- Sistema de Ensino Presencial com Recursos de Tecnologia da Informação
- Mídias: Parceiras do Processo Pedagógico
- A especificidade dos Meios e a Convergência das Mídias.
- O uso dos equipamentos
- Guarda e Catalogação de Vídeos, CD e disquetes.
- Preparação do Ambiente de Aula.

A2 – Instruções Acadêmicas, Pedagógicas e Técnicas (20 horas)

- Legislação e Programação do curso
- Medidas Estruturais para o Prosseguimento do Curso
- Rendimento Escolar
- Plano de Estudo
- Avaliação do Curso
- Instruções específicas sobre os registros acadêmicos
- Docente on-line
- Treinamento para auxiliares de biblioteca PROFORMAR

- Uso do telefone-fax.

A3 – Curso de Capacitação dos Professores Assistentes para orientação da Pesquisa e TCC (40 horas)

- Principais Elementos do Projeto de Pesquisa
- O Texto Científico
- Relações entre orientador e orientando.

b) Carga horária de Capacitação dos Professores Assistentes

ETAPA	CARGA HORÁRIA
1ª	30h
2ª	24h
3ª	10h
4ª	30h
5ª	44h
6ª	10h
TOTAL	148h

c) Para o pessoal de apoio foram oferecidos treinamentos de acordo as tarefas e as necessidades das respectivas funções.

C.8. Números finais do projeto, depois de feita a mudança para o sistema presencial mediado.

	Ensino presencial	Ensino a distância
Número de professores a serem atendidos no Estado	4.962	9.341
• Capital	1.729	1.887
• Interior	3.233	7.454
Número de turmas da Capital	35	44
Número de turmas do Interior	73	168
Número de cidades onde funcionariam as turmas	45	61
Custo total	71.115.032,54	52.478.860,95

D. CONCEPÇÃO DO CURSO

1. O curso, destinado à graduação dos professores pertencentes às redes escolares do Estado e dos municípios que não possuíam curso superior, tinha uma estrutura curricular baseada no Projeto Pedagógico do Curso Normal Superior oferecido pela UEA na Escola Normal Superior em Manaus e nos Centros de Estudos Superiores de Parintins e Tefé, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, em especial pela Resolução CP nº 1 do CNE, de 30 de setembro de 1999.

2. Com base na Resolução CP nº 1, estava previsto o aproveitamento das atividades desenvolvidas pelo aluno, agora entendido como professor em formação, em sala de aula na forma de estágio. Esse foi o motivo por que se exigiu que só poderia frequentar o curso quem estivesse efetivamente no exercício do magistério.

3. Igualmente, ficou estabelecido que seria feito aproveitamento de disciplinas do curso de magistério, o que implicava na exigência de o aluno ter feito tal curso no nível médio. As exigências previstas neste e no item anterior tinha por objetivo reduzir a duração do curso, conforme solicitação da SEDUC.

4. Com a aprovação da Resolução CP nº 2 do CNE, de 19 de fevereiro de 2002, os artigos e parágrafos que previam o aproveitamento de disciplinas do ensino médio e as horas de estágio da Resolução nº 1 foram eliminados, ficando a estrutura curricular alterada e definida pelos seguintes referenciais:

- Conteúdo científico.....1.815h
- Aulas práticas.....420h
- Atividades acadêmico-científico-culturais.....200h
- Estágio profissional.....420h
- Carga horária total.....2.855h

- **Duração do curso.....36 meses (3 anos)**
- **Número de Etapas de realização.....6**

5. Em razão de se tratar de um curso ministrado simultaneamente para 162 salas de aula distribuídas em 61 municípios diferentes, fica muito difícil atender ao princípio da flexibilização curricular. Com o propósito de buscar uma saída para dar à estrutura curricular mais flexibilidade e riqueza, trabalhou-se com a idéia de utilizar as atividades práticas, o estágio e as atividades acadêmico-científico-culturais com oportunidade de diversificação, tanto em relação ao local de trabalho, quanto em relação ao plano individual. A discriminação das horas destinadas às atividades acadêmico-científico-culturais desenvolvidas será apresentada em item posterior.

E. DESENVOLVIMENTO DAS AULAS

Ao adotar o uso da televisão como mediadora das aulas do curso, a equipe teve especial preocupação com o processo ensino-aprendizagem, por considerar que o estudo de disciplina no exíguo espaço de oito dias poderia comprometer os resultados. Para evitar que isso viesse a ocorrer, foram projetadas as seguintes medidas preventivas:

- a) Fundamentar a exposição da matéria em um texto adrede preparado que servisse de base para o estudo.
- b) Dar ao texto básico de cada disciplina uma conformação gráfica que tornasse mais prática e rápida a identificação dos pontos mais importantes do conteúdo.
- c) Alternar períodos de exposição feita pelo professor com o trabalho do aluno em uma atividade denominada dinâmica local.
- d) Fazer as transmissões ao vivo para provocar a sensação de “presença” do professor.
- e) Encarregar o professor de realizar as exposições com o objetivo de acentuar o realismo da aula.
- f) Utilizar o período de intervalo entre as etapas para que o professor em formação desenvolvesse as atividades práticas das disciplinas. Com essa medida,

procurava-se manter o contato do professor em formação com o curso. Frequentemente as atividades incluíam consultas aos textos de aula ou à bibliografia.

F. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ALUNO

A avaliação da aprendizagem foi, com certeza, o ponto mais sensível do projeto. Em primeiro lugar, por não estar em sala de aula, o professor titular não poderia sentir o pulso da turma, nem perceber o desempenho individual do aluno. Por outro lado, o número de alunos, se considerarmos o total de todas as turmas, resultaria em considerável volume de trabalhos ou provas para serem lidas e avaliadas, em torno de 1.500 alunos para cada professor titular.

Diante dessa dificuldade, optou-se por um sistema misto de provas objetivas nas avaliações parciais e provas dissertativas nas avaliações finais. Nesse ponto, a participação do professor assistente foi fundamental, porque cabia a ele o acompanhamento individual do professor em formação, não só por orientá-lo, mas também por contribuir na avaliação. Ao longo do funcionamento do curso foram feitas mudanças na elaboração dos instrumentos de avaliação e nas formas de aplicação, na procura constante de corrigir as distorções e aperfeiçoar o sistema.

No caso de reprovação na disciplina, por nota ou por assiduidade, o aluno fica obrigado a cumprir um Plano de Estudo. O Plano, através de um roteiro de leituras e tarefas, define o trabalho a ser executado pelo aluno em prazo definido, no período entre as etapas das aulas.

G. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Em todas as disciplinas teórico-práticas, a orientação que partia tanto da equipe de Coordenação Pedagógica, quanto dos professores titulares tinha o propósito de levar o professor em formação a estabelecer relação entre as noções estudadas nas disciplinas a realidade e as necessidades da sua atividade de ensino na escola.

Além dessa orientação foram utilizados instrumentos específicos para favorecer a essa contextualização:

a) Pesquisa-diagnóstico, com o objetivo de realizar um diagnóstico da escola onde atua o professor em formação. Este trabalho composto de 107 itens destinava-se a induzir o professor a conhecer melhor sua escola, observando suas instalações, equipamentos, formas de gestão, qualificação de seu pessoal docente e técnico-administrativo, do resultado do trabalho escolar e a conhecer também o município e suas possibilidades. A partir desse levantamento foi produzido o material para a I Amostra feita para a comunidade.

b) Curso Aprender a Empreender, feito em parceria com o SEBRAE, tinha por objetivo oferecer noções básicas para o exercício de suas atividades docentes ou, se fosse o caso, de natureza mais pessoal como empreendedor.

c) Seminário e Oficinas Pedagógicas sobre educação ambiental, educação física, saúde e educação, ciências naturais e outros.

d) Apresentação de Pesquisas como resultado da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica e Estágio Profissional.

e) Reescrevendo o Futuro, participação no programa de alfabetização como resultado da disciplina Educação para Jovens e Adultos.

f) Distribuição da carga horária destinada às atividades acadêmico-científico-culturais:

PERÍODO	CARGA HORÁRIA	ATIVIDADES
De 6 a 28/1/2003	80h	Diagnóstico da Escola
De 18/6/ a 11/7/2003	80h	I Amostra de Painéis (40h) Oficinas pedagógicas (40h)
De 1º a 8/7/2004	20h	II Amostra – Pesq. e Prát. Pedagógica
De 15 a 20/12/2004	20h	Ciclo de Palestras e Seminários

H. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROFORMAR

A execução do PROFORMAR foi acompanhada e avaliada em todas as etapas e em cada um de seus seguimentos. Ao final de cada disciplina os alunos preencheram um questionário de avaliação da disciplina. Ao final de cada etapa fez-se a avaliação da etapa, através de encontros de que participaram todas as equipes (consultores, central, pedagógica e técnica), os professores assistentes e os professores titulares.

I. PROBLEMAS E DIFICULDADES

A principal dificuldade encontrada na execução das atividades do PROFORMAR estava relacionada à transmissão das aulas pela televisão. A transmissão ficava frequentemente prejudicada em razão de dois problemas externos: a falta de recursos tecnológicos da Telemar, que várias vezes deixava a sala de aula sem sinal, e a precariedade do fornecimento de energia nas sedes municipais. Não tínhamos condições de resolver o primeiro problema. Cabia à Telemar tomar as providências necessárias para atender à demanda do serviço para o qual fora credenciada. Em relação à falta de energia, houve uma solução por parte do Governo do Estado, que adquiriu geradores para colocar em cada escola onde funcionavam as turmas.

Outra dificuldade relacionava-se com a interatividade imaginada através da Internet e do telefone. Os resultados não foram exatamente os desejados. O uso de linha discada criou morosidade e congestionamento, diminuindo sua utilidade. Contudo, parte desse prejuízo foi compensado pelo acesso à Internet através do uso da linha 0800.

Apesar desse contratempo, a participação do professor em formação foi uma das coisas mais gratificantes do programa. Sempre houve, de alguma forma, o contato entre os professores em formação, professores assistentes e as Coordenações Central e Pedagógica. As experiências vividas constituem rico cabedal de informações e de sugestões que podem aperfeiçoar o sistema, possibilitando novos empreendimentos e criando uma eficiente e eficaz alternativa para o ensino convencional.

J. O RESULTADO POSITIVO

O PROFORMAR já entrou na reta final. Para sua conclusão restam apenas algumas atividades a serem cumpridas individualmente pelos professores em formação, tais como horas de estágio e trabalhos práticos de algumas disciplinas. A carga horária destinada às aulas teóricas previstas para serem transmitidas através da televisão foi totalmente cumprida. Está programada a realização de seminários relacionados com a escola e a comunidade local. Em vista disso, é possível tirar algumas conclusões, que passam a ser definitivas quanto à realização do curso.

a) Constatou-se, em primeiro lugar, que é possível realizar um verdadeiro trabalho em equipe. O programa envolveu mais de 500 pessoas, compreendendo 443 professores e, além disso, perto de oitenta coordenadores, técnicos e pessoal de apoio. O fato de que cada disciplina tinha cinco professores atuando em conjunto dá bem a dimensão do entrosamento o que ocorreu.

b) Foram cumpridos 100% do programa proposta para cada disciplina.

c) A programação das aulas previstas foi realizada em sua totalidade.

d) A eficiência das técnicas utilizadas desde a elaboração do texto a execução da aula nos moldes empregados nas transmissões garantiram a eficácia da aprendizagem em níveis e abrangências inusitados em classes convencionais, fato confirmado pelos baixos índices de evasão e reprovação.

e) O sistema montado torna possível o acompanhamento permanente das atividades, tornando mais efetivo o controle e a avaliação.

Por fim, mesmo que se admita uma margem de resultados indesejados, diante de deficiências pessoais ou de falta de condições localizada, estimamos que o resultado é positivo, servindo de marco para o antes e o depois do curso. cremos mesmo que este é seguramente o melhor caminho a ser trilhado no Estado do Amazonas diante de sua extensão territorial, as limitações de alguns municípios e a precariedade dos meios de comunicação e transporte.

** O Prof. Carlos Eduardo de Souza Gonçalves é Conselheiro do CEE do Amazonas e Pró-Reitor da UEA – Universidade do Estado do Amazonas.*

CONCLUSÃO

A X Reunião Plenária do CODISE entra para a história como um exemplo a ser seguido pelos Colegas Codisianos.

Nossa Colega Maria Eliete da Silva Cavalcanti, tendo participado apenas das reuniões de Balneário Camboriú/SC e São Paulo/SP, assumiu o compromisso de realizar a reunião do CODISE no seu Estado.

Buscou o necessário apoio da Presidente, Professora Vera, da Presidente Substituta, Professora Inaran, o apoio imprescindível de seu esposo, e realizou esta Grande Reunião.

Inovou, dando a X Reunião Plenária do CODISE, o nome de nossa Colega Professora Maria Jandira Rocha de Carvalho, ex-secretária executiva do Conselho Estadual de Educação do Amazonas, em belíssima homenagem, que permitiu a Jandira que estivesse conosco todo o tempo.

Todas as plenárias do CODISE tiveram importância estratégica, tanto pelas temáticas debatidas, quanto pelo momento político em que elas aconteceram, mas a possibilidade de visitarmos o Amazonas, em especial Manaus, foi uma experiência gratificante.

A plenária do Amazonas consolida de vez o CODISE, principalmente pelo nível dos debates, pelos problemas enfrentados e superados e pela visibilidade política alcançada.

Fica o nosso agradecimento as Presidentes do CEE do Amazonas, que além de tudo, ainda colocaram as instalações do Conselho à disposição do CODISE, assim como os funcionários e assessores.

Os trabalhos desenvolveram-se com a normalidade e a cordialidade de sempre. Esperamos nos encontrar no Conselho Estadual de Educação de Goiás, onde nossa Colega Carmem nos espera para a realização da XI Reunião Plenária.

Até lá.